

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.577 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 11 DE OUTUBRO DE 2002

## Carlos Wilson defende punição maior para crime contra o erário

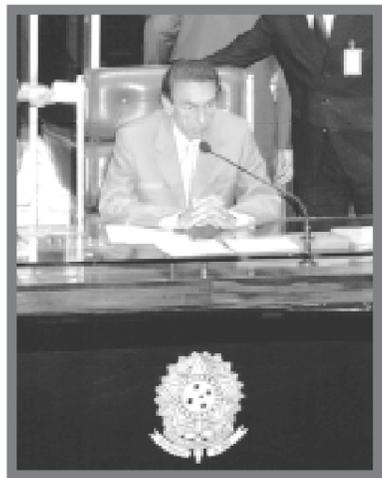
Será votado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania projeto de lei do senador Carlos Wilson que submete os autores de crimes contra o erário a regime exclusivamente fechado de prisão. A proposta, explica, tem por objetivo aperfeiçoar o Código Penal.

PÁGINA 4

## Governo não aplica recursos do Fust, denuncia Valmir Amaral

O senador Valmir Amaral denunciou descaso do governo com o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações. Somente este ano, disse, foram contingenciadas 85% do fundo, prejudicando programas que facilitam o uso da Internet em escolas públicas e por deficientes físicos.

PÁGINA 4



Lobão destaca trabalho de Bernardo Cabral como relator da proposta

## O NOVO SENADO

# Crescimento de bancadas femininas marca eleição

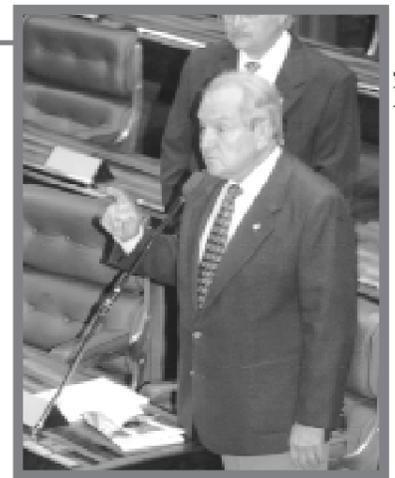
O aumento de 100% na representação feminina no Senado e de 45% na Câmara dos Deputados representa um dos fatos mais marcantes dessas eleições. Foram eleitas oito senadoras: Marina Silva (para segundo mandato), Serys Slhessarenko, Ana Júlia, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Patrícia Gomes, Lúcia Vânia e Roseana Sarney, que se juntam a Maria do Carmo Alves e Heloísa Helena.

PÁGINA 3

## Lobão garante a Cabral que Plenário votará reforma do Judiciário

Vice-presidente do Senado, Edison Lobão assegurou ao senador Bernardo Cabral que a Mesa da Casa vai incluir a proposta de reforma do Judiciário na pauta do Plenário assim que o texto for encaminhado pela Comissão de Justiça.

PÁGINA 4



Cabral informa que proposta será votada até dia 30 na Comissão de Justiça

## Conselho recebe contribuições sobre TV digital

A Comissão de Tecnologia Digital do Conselho de Comunicação Social, órgão de assessoramento do Congresso Nacional, ouviu ontem representantes da Anatel, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Ministério das Comunicações sobre a implantação da TV digital no Brasil. Todos ressaltaram não apenas os aspectos técnicos, mas também as implicações econômicas e políticas que o novo sistema – norte-americano, europeu ou japonês – trará para o país.

PÁGINA 2



Gerardo Magela

Representantes da Anatel e dos Ministérios do Desenvolvimento e das Comunicações foram ouvidos ontem sobre o sistema de TV digital a ser adotado no Brasil

# Conselho de Comunicação debate TV digital

Audiência pública realizada ontem discutiu aspectos relativos à implantação da televisão digital no Brasil, como a escolha do modelo mais adequado ao país e as implicações e riscos de um aumento da dependência tecnológica

A implantação da televisão digital no Brasil – um mercado que pode movimentar US\$ 100 bilhões no país nos próximos anos – foi debatida ontem em audiência pública realizada pela Comissão de Tecnologia Digital do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional. Entre outros assuntos, a comissão discutiu qual o modelo tecnológico mais adequado a ser adotado.

O superintendente interino de Serviços de Comunicação de Massa da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Marconi Thomaz de Souza Maya, explicou aos membros do conselho que três modelos de televisão digital têm o referendo da União Internacional de Telecomunicações (UIT). O primeiro a surgir foi o padrão norte-americano ATSC, seguido pelo europeu DVB-T, este mais moderno e mais difundido. Há ainda o sistema japonês ISDB-T, uma evolução do padrão europeu, que estará disponível a par-



Especialistas expressaram a expectativa de que a escolha do novo sistema leve em conta as condições da sociedade brasileira

tir do ano que vem.

Marconi afirmou que a sociedade brasileira não deu a resposta esperada à consulta pública sobre o assunto feita pela Anatel no ano passado. A agência, então, determinou a realização de estudos mais detalhados, para o qual foram contratadas consultorias especializadas. O sistema a ser utilizado, segundo ele, deverá levar em conta variáveis socioeconômicas como a capacidade na-

cional de produção industrial e as compensações tecnológicas industriais e comerciais decorrentes da tecnologia escolhida.

## DEPENDÊNCIA

O coordenador-geral das Indústrias Intensivas em Tecnologia, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Arnaldo Gomes Serrão, concorda que a escolha do modelo deve levar em conta as implicações de um aumento da dependência tec-

nológica, além do déficit na balança comercial, hoje já elevado com a crescente importação de *chips* e circuitos integrados pelos setores de informática, telecomunicações e eletrodomésticos.

Serrão afirmou que, em 1991, esses setores foram responsáveis por um déficit comercial de US\$ 5,8 bilhões. Ele disse ainda que, em determinado momento, “não se percebeu que deveríamos trazer uma indústria de semicondutores fazendo concessões. As políticas de isenção fiscal foram banidas”, explicou. Ele lembrou que, há cinco anos, o fabricante de *chips* Intel tentou estabelecer-se no Brasil, mas não conseguiu qualquer tipo de incentivo e foi para a Costa Rica, onde produz e exporta para Brasil.

– A TV digital pode ser uma grande ameaça ou uma grande oportunidade de se negociar bem o modelo de tecnologia e as condições para que disponhamos de uma indústria brasileira de semi-

condutores – concluiu.

O assessor especial do Ministério das Comunicações, Lázaro José de Brito, afirmou que o ministro Juarez Quadros determinou a elaboração de um estudo para que se defina a política industrial para o setor de telecomunicações. Ele afirmou que essa política não poderá ser definida ainda na gestão atual, mas que os estudos serão encaminhados às autoridades competentes do próximo governo.

A ausência da política industrial foi cobrada pelo representante dos jornalistas no conselho, Daniel Koslowsky Herz, integrante da Comissão de Tecnologia Digital. Outro membro da comissão, Geraldo Pereira dos Santos (representante das categorias profissionais de cinema e vídeo), manifestou sua satisfação com a exposição dos integrantes do governo. Segundo ele, “está havendo o devido cuidado para se resolver essa questão”.

## Emilia anuncia a 3ª edição do Fórum Social Mundial, em janeiro de 2003

Os efeitos da política armamentista do presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, e as fraudes contábeis descobertas em grandes empresas norte-americanas estão entre os principais temas da agenda de debates da 3ª edição do Fórum Social Mundial, que acontece de 23 a 28 de janeiro de 2003, em Porto Alegre (RS). O evento, que tem o lema “A Paz é Possível”, foi anunciado pela senadora Emilia Fernandes (PT-RS).

– Os riscos que esse cenário coloca são evidentes, representando um dos principais desafios estratégicos para as forças políticas articuladas em torno do

Fórum Social Mundial – afirmou. Segundo Emilia, cinco eixos temáticos devem nortear a próxima edição do evento: desenvolvimento democrático e sustentável; princípios e valores, direitos humanos, diversidade e igualdade; mídia, cultura e contra-hegemonia; poder político, sociedade civil e democracia; e ordem mundial democrática, luta contra a guerra e pela paz.

### CHEFES DE GOVERNO

O fórum de 2003 também deve contar com novidades, como as mesas de controvérsia e diálogo, destinadas à promoção de debates com chefes de governo, repre-

sentantes de partidos políticos e da Organização das Nações Unidas (ONU). Além de uma grande conferência em torno de cada um dos eixos temáticos, estão agendados seminários, painéis e oficinas sobre assuntos correlatos a esses temas, garantindo-se um espaço para testemunhos de personalidades com trajetórias de vida dedicadas à defesa da liberdade e dignidade humanas.

### FÓRUMS REGIONAIS

Emilia Fernandes comentou ainda a programação de fóruns sociais de caráter regional, a serem realizados de novembro de 2002 a novembro de 2003 na Itália



Evento se contrapõe às “estratégias e políticas neoliberais impostas ao mundo”, diz Emilia

(Fórum Social Europeu), na Índia (Fórum Social Asiático), no Brasil, em Belém (Fórum Social Pan-Amazônico), e na Espanha (Fórum Social Mediterrâneo). Entendimentos também estão sendo feitos para a promoção do Fórum Social Pan-Americano e do Fórum Social Temático da Palestina.

Na opinião da senadora petista,

esses encontros “reforçam a articulação política internacional e podem contribuir com uma alternativa à agenda militarista norte-americana, estendendo e consolidando o processo de mundialização do movimento que luta por uma globalização solidá-

ria e por um novo patamar na relação político-econômica entre as nações”. O Fórum Social Mundial foi concebido, de acordo com Emilia, como uma contraposição ao Fórum Econômico Mundial, em que são formuladas, há mais de 30 anos, “as estratégias e políticas neoliberais impostas ao mundo todo”.

Rosevelt Pinheiro

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira  
Diretora da Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573  
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

## O NOVO SENADO

# Bancada feminina dobra a partir de 2003

O crescimento da participação de mulheres no Congresso foi um dos resultados marcantes das eleições de domingo. Na Câmara, o aumento foi de 45%, enquanto no Senado chegou a 100%, assegurando vagas para dez senadoras

O aumento da representação feminina no Senado e na Câmara dos Deputados foi um dos fatos mais marcantes das eleições de 2002. Na Câmara, aumentou em 45% o número de deputadas. No Senado, o aumento foi ainda maior: 100%.

Foram eleitas no domingo oito senadoras (14,8% do total de eleitos): Marina Silva (PT-AC), Serys Slhessarenko (PT-MT), Ana Júlia (PT-PA), Fátima Cleide (PT-RO), Ideli Salvatti (PT-SC), Patrícia Gomes (PPS-CE), Lúcia Vânia (PSDB-GO) e Roseana Sarney (PFL-MA).

Duas senadoras continuarão seus mandatos, Maria do Carmo Alves (PFL-SE) e Heloísa Helena (PT-AL), totalizando assim uma bancada de dez senadoras (12,3% das cadeiras do Senado), contra as cinco atuais.

Reeleita com 32,29% dos votos, Marina Silva avalia que, apesar das divergências partidárias, é possível falar em uma bancada feminina. "Há questões suprapartidárias", explica ela, lembrando que na legislatura que se encerra foram conseguidos avanços na defesa dos direitos das mulheres graças, em boa parte, à luta conjunta das atuais senadoras.

Para a representante acreana, o aumento do número de mulheres



Marina Silva lembra avanços obtidos na defesa dos direitos das mulheres



Heloísa Helena destaca as "mulheres anônimas sem acesso às instâncias de poder"



Maria do Carmo vê crescimento como "indício da confiança do povo brasileiro" na atuação feminina

exercendo mandatos eletivos se explica pelo próprio desempenho delas nas funções públicas.

— Com certeza contribuiu o desempenho das mulheres no Legislativo. O trabalho atual ancorou as campanhas de muitas companheiras que puderam se utilizar de exemplos relevantes — avaliou.

A senadora Heloísa Helena acha que o mérito maior é das mulheres anônimas que permanecem sem acesso às instâncias de poder.

— Qualquer pessoa de bom senso identifica com clareza uma hierarquia perversa entre homens e

mulheres na sociedade. São as mulheres que lutam na adversidade que ajudam a viabilizar a nossa chegada aos postos de decisão política. Muitas mulheres anônimas acabam sendo parte fundamental da abertura de espaços — observa Heloísa.

A senadora Maria do Carmo Alves considera que o povo brasileiro tem cada vez mais a percepção da capacidade da mulher lutar pela implementação de políticas públicas mais justas.

— Esse aumento representativo é um indício da confiança do povo brasileiro em nossa capacidade, não

só no que diz respeito a bem representar nossos estados, mas, principalmente, na intenção que todas temos de buscar uma política social mais justa e utilizar a iniciativa legislativa para melhorar a qualidade de vida de todo o povo brasileiro — afirma.

Marina Silva aponta outro aspecto: as mulheres têm ocupado os cargos públicos, mas sem abdicar das diferenças e de sua condição feminina. "Se somos mais intuitivas e apostamos no consenso, contra a imposição, devemos continuar assim. Essa nossa forma mais concili-

adora, mais participativa e inclusiva deve ser aproveitada", salienta.

As senadoras ressaltam que há ainda muito espaço a ser conquistado, o que não impede que o resultado eleitoral seja encarado como uma mudança importante.

— Ainda é pouco, se pensarmos que mais da metade da população votante é de mulheres. Penso que estamos no início de um grande movimento de ascensão das mulheres na esfera política. Os próximos pleitos nos revelarão aumentos ainda mais expressivos em todos os graus da administração pública — prevê Maria do Carmo.

A bancada feminina, na avaliação das senadoras, tem uma agenda para tratar na próxima legislatura que não engloba apenas questões específicas das mulheres. Para Marina, devem ser discutidas no próximo ano políticas públicas para atender as necessidades da população mais marginalizada. Para Heloísa Helena, as senadoras deverão deixar de lado as divergências partidárias e trabalhar de forma coordenada, como, segundo ela, aconteceu na última legislatura, "em grande parte pelo trabalho da senadora Emilia Fernandes (PT-RS)".

## Presença ainda é baixa em relação ao eleitorado

A partir de 2003, 12,3% das cadeiras do Senado e 8,2% das da Câmara dos Deputados serão ocupadas por mulheres. O momento é de comemoração para representantes do movimento de defesa dos direitos da mulher, diz a diretora colegiada do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea), Almira Rodrigues. Mesmo tendo alcançado percentuais ainda muito abaixo dos ocupados pelas mulheres na sociedade — são 51% das eleitoras —, os resultados são positivos, na opinião de Almira. "Temos que comemorar muito cada mulher que consegue", diz.

O número de mulheres candidatas nessa eleição não chegou nem aos 30%, percentual mínimo garantido por cotas destinadas por lei em todos os partidos políticos para o sexo com menos candidatas. Mas esses números desfavoráveis, de acordo com Almira, refletem uma situação complexa:

as mulheres candidatas precisam enfrentar um território essencial e historicamente masculino.

Almira ressalta que as mulheres foram historicamente excluídas do âmbito público e direcionadas para o familiar. "É preciso lembrar que conquistaram o direito ao voto há apenas 70 anos", acentua, apontando que, além disso, têm como porta de entrada no mundo da política os partidos, estruturas também masculinas. Tudo isso, a seu ver, para depois enfrentar um processo eleitoral competitivo, excludente e elitista, que favorece quem já está no poder. "A mulher que entra no território da política tem que fazer um esforço extra para unir o projeto familiar ao público", acrescenta Almira.

A diretora do Cfemea considera que o resultado das eleições do Senado — o número de senadoras passará de cinco para 10 —, do

ponto de vista feminista, garantirá um salto de qualidade "A expectativa é que se consiga avançar muito, não só em termos de legislação, mas que a nova bancada consiga sensibilizar o Senado, tornando a Casa mais feminista", diz. Almira lamenta apenas a não reeleição da senadora Emilia Fernandes (PT-RS), uma atuante ativista dos direitos da mulher.

Almira analisa ainda que o expressivo número de senadoras petistas — de dez no total, seis pertencem ao partido — é reflexo de uma política de cotas adotada por iniciativa do partido desde 1991. Depois as cotas foram determinadas por lei. As outras senadoras serão do PFL (duas), PPS (uma) e PSDB (uma).

A diretora do Cfemea apontou também que em oito estados as mulheres foram as candidatas mais votadas para a Câmara e em seis estão entre os primeiros colocados.

### Cresce o número de deputadas federais e senadoras eleitas

Para o mandato de senadora, foram eleitas oito candidatas (14,8% do total de eleitos)

Marina Silva - PT-AC	Ideli Salvatti - PT-SC
Serys Slhessarenko - PT-MT	Patrícia Gomes - PPS-CE
Ana Júlia - PT-PA	Lúcia Vânia - PSDB-GO
Fátima Cleide - PT-RO	Roseana Sarney - PFL-MA

#### Duas senadoras continuarão seus mandatos

Maria do Carmo - PFL-SE      Heloísa Helena - PT-AL

#### Ampliou-se de sete para 11 o número de partidos que elegeram candidatas ao mandato de deputada federal

Na próxima legislatura, a bancada feminina na Câmara dos Deputados será composta da representação dos seguintes partidos:

PT - 14	PSB - 2
PFL - 6	PSD - 1
PSDB - 6	PST - 1
PCdoB - 4	PPS - 1
PMDB - 4	PDT - 1
PTB - 2	

No que se refere ao Executivo, foi eleita uma governadora em 1º turno: Rosinha Garotinho, do PSB-RJ, com 51,3% dos votos. Para o segundo turno, as mulheres candidatas estão concorrendo em quatro unidades da Federação:

RN - Vilma Maia - PSB	AP - Dalva Figueiredo - PT
MS - Marisa Serrano - PSDB	PA - Maria do Carmo - PT

Fonte: Assessoria Técnica do CFEMEA

# Lobão garante que reforma do Judiciário sairá este ano

Conforme o 1º vice-presidente do Senado, a proposta será incluída na pauta do Plenário assim que for enviada pela Comissão de Justiça

O 1º vice-presidente do Senado, Edison Lobão (PFL-MA), assegurou ao senador Bernardo Cabral (PFL-AM) que a proposta de reforma do Poder Judiciário será incluída na pauta do Plenário assim que o texto for encaminhado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) à Secretaria Geral da Mesa.

A garantia foi dada na manhã de ontem quando Cabral, relator da proposta de emenda constitucional (PEC) e presidente da CCJ, comunicou em Plenário o acordo firmado quarta-feira entre lideranças do governo e do bloco Oposição para a votação da matéria até o dia 30 deste mês na comissão e até 15 de dezembro no Plenário. A proposta começou a ser examinada em primeiro turno no Plenário – onde recebeu 133 emendas que estão sendo analisadas pela CCJ. O texto depende ainda de votação. Só depois de definitivamente aprovado, seguirá para nova tramitação na Câmara dos Deputados.

Cabral comunicou o acordo que garante a votação da PEC em Plenário até 15 de dezembro



Fotos: José Cruz

Cabral ressaltou a complexidade da matéria, afirmando que essa foi uma das mais árduas tarefas que empreendeu. Disse também que a conclusão da reforma será uma das melhores contribuições do Legislativo, que “tanto reclama da lentidão e da ineficácia” da Justiça, ao Poder Judiciário.

Já o senador Lobão, na presidência da sessão, fez questão de salientar a validade do trabalho de Bernardo Cabral, frisando a com-

petência do relator, sua dedicação e as horas de estudo, de análise e de debates que precederam a elaboração do parecer sobre a reforma do Judiciário.

– Esse texto constitui-se uma matéria que haverá de honrar o Congresso Nacional, e o Poder Judiciário merece que se faça essa obra o mais depressa possível. No que depender da Mesa, isso será feito – afirmou o vice-presidente do Senado.

# Wilson quer acabar com diminuição da pena nos crimes contra o erário

Está pronto para ser votado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania projeto de lei de autoria do senador Carlos Wilson (PTB-PE) que obriga os condenados por crimes contra o erário a cumprirem integralmente o regime fechado de prisão. A matéria tem como relator o senador Jefferson Péres (PDT-AM).

Conforme o projeto, que altera o Código Penal, os condenados pela prática desses crimes só poderão ser beneficiados com suspensão condicional, substituição da pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos ou abrandamento da pena se fizerem o ressarcimento do prejuízo ao poder público.

De acordo com Carlos Wilson, a sua proposta obrigará criminosos como Jorgina de Freitas, considerada a maior fraudadora do Insti-

tuto Nacional do Seguro Social (INSS) e condenada a 14 anos de reclusão, Nicolau dos Santos Neto, ex-juiz acusado de desviar dinheiro das obras de construção do fórum do Tribunal Regional do Trabalho em São Paulo, “e outros tantos que se tornaram notórios ao assaltar os cofres públicos a cumprirem integralmente suas penas, caso não haja o ressarcimento ao erário do prejuízo decorrente de suas fraudes”.

O senador explica que, com a medida proposta, deseja aperfeiçoar o Código Penal, que, embora ainda seja considerado moderno e eficiente, está em vigência há mais de 60 anos. Ele também argumenta que seu projeto possibilitará ao Tesouro Nacional recuperar recursos cada vez mais escassos,



Carlos Wilson diz que seu projeto possibilita recuperação de recursos desviados

que, “em última análise, pertencem não aos governantes, mas ao povo que confiou sua guarda – e não sua propriedade – por intermédio do pagamento de impostos, às autoridades públicas para sua aplicação no bem comum”.

# Valmir cobra do governo aplicação de recursos do Fust

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) denunciou o descaso do governo com o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), que tem entre seus objetivos atender programas que facilitam o uso da Internet por deficientes físicos e em escolas públicas e bibliotecas. Segundo o parlamentar, somente 15% dos recursos alocados para o fundo foram utilizados em 2002 e, para 2003, estão garantidos apenas 5%.

Valmir afirmou que, se os recursos previstos para 2002 – cerca de R\$ 820 milhões – tivessem sido utilizados, nada menos que 13 mil escolas públicas de ensino médio e profissionalizantes teriam sido informatizadas, beneficiando cerca de 7 milhões de alunos. “Mas o governo preferiu contingenciar 85% dos recursos do Fust”, disse.

O senador lembrou que 90% das verbas do fundo são provenientes da arrecadação junto às empresas de telecomunicações, referentes a concessões e permissões que receberam, além de con-



Deficientes e escolas públicas deixaram de ser beneficiados pelo fundo, denuncia Valmir Amaral

tribuições. “Mesmo assim, o Ministério das Comunicações decidiu contingenciar cerca de R\$ 500 milhões em sua proposta para o Orçamento de 2003”, observou.

Valmir apresentou requerimento de informações ao ministro das Comunicações, Juarez Quadros, pedindo esclarecimentos pormenorizados para “o inaceitável esvaziamento” do Fust e dos programas envolvidos na utilização de seus recursos no exercício de 2002 e na previsão para 2003.

# Senado lança a obra “Textos Políticos” na Bienal do Ceará

O Conselho Editorial do Senado lançou ontem à noite, na Bienal Internacional do Livro do Ceará, a terceira edição da coleção *Textos Políticos da História do Brasil*, obra que reúne documentos importantes da história político-administrativa do país. No total, são mais de 1.100 registros sobre fatos desde a fase anterior ao Descobrimento até o período que precedeu o golpe de 1964.

– A coleção foi consideravelmente ampliada e está com dez volumes. Foi enriquecida com novos textos de todas as fases históricas, particularmente da República Velha e da Revolução de 1930, além de documentos da fase que antecedeu o movimento militar de 1964. É um livro da maior importância para os estudiosos da história do Brasil. É uma verdadeira biblioteca de documentos da história do Brasil – afirmou o professor Joaquim Campelo, vice-presidente do Conselho Editorial, durante o lançamento.

Um dos organizadores da publicação, o constitucionalista Paulo

Bonavides, esteve presente no estande do Senado na bienal, juntamente com Paulo Amaral, irmão do cientista político Ricardo Amaral, outro organizador da coleção. Os autores, que são cearenses, prepararam uma introdução geral à publicação e 15 textos de análise dos períodos históricos selecionados: Colônia, Primeiro Império, Segundo Império, Independência, Pré-Independência, Estado Novo, República Velha, Redemocratização de 1946, entre outros.

Cada volume de *Textos Políticos* tem entre 600 e 800 páginas, e a obra é vendida por R\$ 400. A última edição, com tiragem de 5 mil exemplares, esgotou-se em apenas três meses.

O diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado (Seep), Júlio Pedrosa, o diretor da Secretaria de Informação e Documentação (Sidoc), Paulo Afonso Lustosa de Oliveira, e Carlyle Coutinho Madruga, membro do Conselho Editorial, também compareceram ao evento.